



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
Departamento Legislativo das Comissões

LEI Nº \_\_\_\_\_  
D.O.M. Nº \_\_\_\_\_  
AUTÓGRAFO Nº 164/2021  
PROJ. DE LEI COMP. Nº 1196/2021  
MENSAGEN Nº 080/2021  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

*Dispõe sobre a concessão de abono aos profissionais da educação da rede municipal de ensino e dá outras providências.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR :**

**Art. 1º** Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a conceder o abono pecuniário aos profissionais da educação em efetivo exercício vinculados a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, aos que estão lotados na sede, anexos, escolas, e creches, em caráter provisório e excepcional.

**Parágrafo único.** O valor global destinado ao pagamento do Abono – FUNDEB será de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), e terá como fonte de recursos: Recursos do FUNDEB – 30% (trinta por cento), recursos Ordinários e Cota parte da Educação, relativos ao exercício 2022.

**Art. 2º** Poderão receber o abono previsto no artigo 1º desta Lei Complementar todos os servidores, desde que em efetivo exercício.

**Parágrafo único.** Não fazem jus ao abono:

- I – os estagiários da rede municipal de ensino;
- II – os profissionais da educação contemplados no Abono – FUNDEB, exercício 2021; e



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
Departamento Legislativo das Comissões

III – os servidores inativos e pensionistas.

**Art. 3º** O abono pecuniário não incorpora, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou vantagens recebidas pelos profissionais da educação, não constitui base de incidência para cálculos de contribuição previdenciária, não gera direito adquirido e a sua duração fica condicionada às disposições financeiras do Município.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão a conta das dotações consignadas no orçamento de 2022.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Departamento Legislativo de Comissões, 14 de dezembro de 2021.

  
Ver. EDWILSON NEGREIROS  
Presidente CMPV-RO  
- 2021 -